



Modelo de Governo

Mandato II – a partir de 22 de Abril de 2015

Cargo	Órgãos Sociais	Nomeação	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente Vogal Executivo Diretor Clínico – CSH Diretor Clínico - CSP Enfermeira Diretora	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches* Francisco João Velez Roxo** Carlos Adrian Aldeia de Jesus*** Horácio Carlos Figueiredo Santos Feiteiro Susana Maria Garlito Sanches	Resolução n.º 26/2015, de 29.04	2015/2017
Presidente	Paulo Jorge Espiga Alexandre	Resolução n.º 4-G/2016, de 11.02	
Vogal Executivo Diretor Clínico - CSH	Miguel Ângelo Madeira Rodrigues Alda M ^a F. Machado Pinto Dinis da Fonseca	Resolução n.º 10/2016, de 24.03	

*Apresentou renúncia ao cargo a 25/11/2015

**Apresentou renúncia ao cargo a 11/02/2016

*** Apresentou renúncia ao cargo a 24/03/2016

Mandato I – 22 de Novembro de 2012 a 21 de Abril de 2015

Cargo	Órgãos Sociais	Nomeação	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente Vogal Executiva Diretor Clínico – CH Diretor Clínico - CSP Enfermeira Diretora	Maria Joaquina Rodrigues Sobral Matos Maria Cristina Soares Fiuza Branco Pierpaolo Cusati Mário Paulino Pires Moreira Maria de Jesus Bernardino Palminha Gonçalves	RCM 44/2012, de 21.11	2012/2014
Fiscal Único			
Efetivo Suplente	Sociedade Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associado Sroc, Lda., SROC n.º 64 representada por José Luís Guerreiro Nunes ROC n.º 1098 Isabel Gomes de Novais Paiva ROC n.º 629	Despacho 2086/12-SET de 11.12	2012/2014

Nota: O Dr. Pierpaolo Cusati pediu a renúncia ao cargo a 30 de Setembro de 2013

Estatuto remuneratório fixado

1. Conselho de Administração

Mandato 2015-2017

O estatuto remuneratório fixado para os membros do Conselho de Administração resulta da aplicação da RCM nº 18/2012 de 21 de Fevereiro, que determina os vencimentos ilíquidos dos gestores públicos que exercem funções a tempo integral, valores que têm como limite o vencimento mensal ilíquido do 1º Ministro. A RCM nº 97/2012 classificou a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano EPE como empresa do tipo B (valor padrão de 65% do valor mensal ilíquido do 1º Ministro). Estão a ser aplicados os cortes previstos na Lei 12-A/2010.

Nome	Valores Mensais Brutos (€)					
	EGP (fixado)	Classificação	Remuneração Base	Despesas de Representação	Pedido OPRLO	
	S/N	Identificar			Identificar Entidade	Pagadora
JORGE FILIPE TEIXEIRA SEGURO SANCHES	S	B	3.719,78	1.487,91	-	-
FRANCISCO JOAO VELEZ ROXO	S	B	2.975,83	1.190,33	-	-
CARLOS ADRIAN ALDEIA DE JESUS	N	B	4.107,02	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino
HORACIO CARLOS FIGUEIREDO SANTOS FEITEIRO	N	B	5.239,99	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino
SUSANA MARIA GARLITO SANCHES	S	B	2.975,83	1.190,33	-	-

Por despacho dos Ministros de estado e das Finanças e da Saúde n.º 12732/2015, de 12 de novembro foi o Diretor Clínico de Cuidados de Saúde Hospitalares, Dr. Carlos Adrian Aldeia de Jesus autorizado a exercer a atividade médica de natureza assistencial, de forma remunerada.

Mandato 2012-2014

O estatuto remuneratório fixado para os membros do Conselho de Administração resulta da aplicação da RCM nº 18/2012 de 21 de Fevereiro, que determina os vencimentos ilíquidos que exercem funções a tempo integral, valores que têm por base o vencimento mensal ilíquido do 1º Ministro. Estes valores estão também sujeitos à RCM nº 97/2012 que classifica a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano EPE como empresa do tipo B.

Nome	Valores Mensais Brutos (€)					
	EGP (fixado)	Classificação	Vencimento mensal	Despesas de Representação Mensal	Pedido OPRLO	
	S/N	Identificar			Identificar Entidade	Pagadora
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	S	B	3.719,78	1.487,91	-	-
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	S	B	3.857,82	1.190,33	C Hosp Porto	Destino
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	S	B	5.239,99	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	S	B	2.975,83	1.190,33	-	-



2. Fiscal Único

Mandato 2012-2014

Fixado pelo n.º 2 do Despacho 1086/12-SET, de 11 de dezembro - A remuneração anual ilíquida do fiscal único efetivo da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o conselho de administração desta entidade e o respetivo Fiscal Único, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao presidente do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

Conselho Administração - Remunerações 2015

Mandato I						
Nome	Valores Mensais Brutos (€)					
	EGP (fixado)	Classificação	Vencimento mensal	Despesas de Representação Mensal	Pedido OPRLO	
	S/N	Identificar			Identificar Entidade	Pagadora
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	S	B	3.719,78	1.487,91	-	-
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	S	B	3.857,82	1.190,33	C Hosp Porto	Destino
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	S	B	5.239,99	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	S	B	2.975,83	1.190,33	-	-
Mandato II						
Nome	Valores Mensais Brutos (€)					
	EGP (fixado)	Classificação	Vencimento mensal	Despesas de Representação Mensal	Pedido OPRLO	
	S/N	Identificar			Identificar Entidade	Pagadora
JORGE FILIPE TEIXEIRA SEGURO SANCHES	S	B	3.719,78	1.487,91	-	-
FRANCISCO JOAO VELEZ ROXO	S	B	2.975,83	1.190,33	-	-
CARLOS ADRIAN ALDEIA DE JESUS	N	B	4.107,02	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino
HORACIO CARLOS FIGUEIREDO SANTOS FEITEIRO	N	B	5.239,99	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino
SUSANA MARIA GARLITO SANCHES	S	B	2.975,83	1.190,33	-	-



Mandato I	Remuneração Anual (€)					
Membro do CA (Nome)	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (*) (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	0,00	19.268,46	19.268,46	1.505,89	376,47	18.139,04
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	0,00	18.678,15	18.678,15	1.455,27	363,82	17.586,70
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	0,00	24.767,24	24.767,24	1.981,35	495,34	23.281,23
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	0,00	16.664,64	16.664,64	1.290,52	322,63	15.696,75

Mandato II	Remuneração Anual (€)					
Membro do CA (Nome)	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (*) (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
JORGE FILIPE TEIXEIRA SEGURO SANCHES	0,00	37.148,18	37.148,18	2.844,76	711,19	35.014,61
FRANCISCO JOAO VELEZ ROXO	0,00	34.579,13	34.579,13	2.581,04	645,26	32.643,35
CARLOS ADRIAN ALDEIA DE JESUS	0,00	45.620,26	45.620,26	3.723,69	930,92	42.827,49
HORACIO CARLOS FIGUEIREDO SANTOS FEITEIRO	0,00	57.039,65	57.039,65	4.563,12	1.140,78	53.617,31
SUSANA MARIA GARLITO SANCHES	0,00	35.297,00	35.297,00	2.684,06	671,02	33.283,96

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

(*) - O RHV não devolve valores de reversão para se ter uma noção foi aplicada a formula (3)=(2)*1,25-(2)

Nas reduções remuneratorias não foi considerado o desconto do 5% GP

Mandato I	Benefícios Sociais (€)		
	Nome	Subsídio de Refeição	Regime Proteção Social
			Identificar Valor
	MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	333,06	CGA 4.246,47
	MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	345,87	SS 4.171,49
	MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	260,47	CGA 5.967,25
	MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	358,68	CGA 3.679,80
Mandato II	Benefícios Sociais (€)		
	Nome	Subsídio de Refeição	Regime Proteção Social
			Identificar Valor
	JORGE FILIPE TEIXEIRA SEGURO SANCHES	627,69	CGA 8.994,61
	FRANCISCO JOAO VELEZ ROXO	747,25	SS 8.291,35
	CARLOS ADRIAN ALDEIA DE JESUS	777,14	CGA 8.920,31
	HORACIO CARLOS FIGUEIREDO SANTOS FEITEIRO	742,98	CGA 14.583,14
	SUSANA MARIA GARLITO SANCHES	734,44	CGA 8.108,28



Mandato I		Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)		
Nome	Deslocações	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Gasto total com viagens
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	-	-	-	-
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	-	-	414,06	414,06
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	-	-	-	-
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	-	-	-	-
Mandato II		Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)		
Nome	Deslocações	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Gasto total com viagens
JORGE FILIPE TEIXEIRA SEGURO SANCHES	-	-	-	-
FRANCISCO JOAO VELEZ ROXO	-	-	-	-
CARLOS ADRIAN ALDEIA DE JESUS	-	-	37,65	37,65
HORACIO CARLOS FIGUEIREDO SANTOS FEITEIRO	-	-	-	-
SUSANA MARIA GARLITO SANCHES	-	-	-	-

Encargos com viaturas

Não há viaturas atribuídas para uso exclusivo aos membros do CA, desse modo não é possível apurar os encargos com as mesmas.

Conselho Administração - Remunerações 2014

Nome	Valores Mensais Brutos (€)					
	EGP (fixado)	Classificação	Vencimento mensal	Despesas de Representação Mensal	Pedido OPRLO	
	S/N	Identificar			Identificar Entidade	Pagadora
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	S	B	3.719,78	1.487,91		Destino
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	S	B	3.857,82	1.190,33	C Hosp Porto	Destino
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	S	B	5.239,99	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	S	B	2.975,83	1.190,33	ULSLA, EPE	Destino

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O.Reduções Remuneratórias	Reduções anos anteriores	Bruta Após Reduções Remuneratórias
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	0,00	69.288,54	0,00	3.124,44	4.999,38	0,00	61.164,72
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	0,00	67.707,40	0,00	2.499,72	4.846,22	0,00	60.361,46
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	0,00	86.938,98	0,00	2.499,72	6.173,11	0,00	78.266,15
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	0,00	55.445,96	0,00	2.499,72	3.951,51	0,00	48.994,73



Nome	Benefícios Sociais (€)		
	Subsídio de Refeição	Regime Proteção Social	
		Identificar	Valor
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	960,75	CGA	6.755,65
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	986,37	SS	6.661,75
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	969,29	CGA	8.851,35
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	969,29	CGA	5.411,15

Nome	Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)			
	Deslocações	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Gasto total com viagens
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	-	0,00	54,21	54,21
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	-	0,00	45,93	45,93
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	-	0,00	0,00	0,00
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	-	0,00	0,00	0,00

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)	
	Plafond Mensal definido	Valor Anual
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	70,00	302,48
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	70,00	335,55
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	70,00	85,75
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	70,00	227,40

Encargos com viaturas

Não há viaturas atribuídas para uso exclusivo aos membros do CA, desse modo não é possível apurar os encargos com as mesmas.

Conselho Administração - Remunerações 2013

Nome	EGP (fixado)	Classificação	Vencimento Mensal a)	Despesas de Representação Mensal	Pedido OPRLO	
	S/N	Identificar			Identificar Entidade	Pagadora
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	S	B	3.719,78 €	1.487,91 €		Destino
MARIA CRISTINA SOARES FIUZA BRANCO	S	B	3.857,82 €	1.190,33 €	C Hosp Porto	Destino
PIERPAOLO CUSATI	S	B	4.956,75 €	1.190,33 €	ULSLA, EPE	Destino
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	S	B	5.239,99 €	1.190,33 €	ULSLA, EPE	Destino
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	S	B	2.975,83 €	1.190,33 €		Destino



Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra a)	Redução Lei 12-A/2010	Redução Lei OE	Redução anos	Bruta Após Reduções
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	0,00	59.367,72	6.392,23	3.645,18	6.194,48	0,00	55.920,29
MARIA CRISTINA SOARES FIÚZA BRANCO	0,00	58.000,71	7.387,91	2.916,34	6.143,48	0,00	56.328,80
PIERPAOLO CUSATI	0,00	52.647,60	8.053,36	2.916,34	5.745,58	0,00	52.039,04
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	0,00	74.000,44	19.693,45	2.916,34	8.822,95	0,00	81.954,60
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	0,00	47.494,08	5.309,01	2.916,34	4.777,02	0,00	45.109,73

a)- Natal, Férias, Ajudas de Custo H Extras etc.

Nome	Benefícios Sociais (€)		
	Sub refeição	Regime Proteção Social	
		Identificar	Valor
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	982,10	CGA	6.009,15
MARIA CRISTINA SOARES FIÚZA BRANCO	973,56	Seg. Social	6.041,72
PIERPAOLO CUSATI	678,93	Seg. Social	5.363,22
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	982,10	CGA	8.547,46
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	973,56	CGA	4.864,85

Nome	Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço			
	Deslocações	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Gasto Total com Viagens
MARIA JOAQUINA RODRIGUES SOBRAL MATOS	0,00	0,00	0,00	0,00
MARIA CRISTINA SOARES FIÚZA BRANCO	0,00	0,00	313,36	313,36
PIERPAOLO CUSATI	0,00	0,00	0,00	0,00
MÁRIO PAULINO PIRES MOREIRA	0,00	0,00	1.263,60	1.263,60
MARIA DE JESUS BERNARDINO PALMINHA GONÇALVES	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Os gastos com as deslocações em serviço não estão apresentados

Encargos com viaturas

Não há viaturas atribuídas para uso exclusivo aos membros do CA, desse modo não é possível apurar os encargos com as mesmas.

Fiscal Único

Fiscal Único	Unid. €		
	2015	2014	2017
Remuneração anual auferida	17.666,25	16.612,55	16.725,40
Redução remuneratória	1.314,41	768,11	1.643,00
Remuneração anual efetiva	16.351,84	15.844,44	15.082,40

Nota: Valores com IVA



Funções e Responsabilidades

Conselho de Administração

As competências previstas no nº1 do Artigo 7º dos Estatutos da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., republicadas no Anexo II ao Decreto-Lei nº 12/2015 de 26 de janeiro.

Presidente do Conselho de Administração – Licenciado Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches

Para além das competências próprias previstas no Artigo 8º do Decreto-Lei nº 12/2015 de 26 de janeiro, tem delegada:

a) a tutela e supervisão das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Representação institucional, desenvolvimento organizacional, coordenação geral dos serviços de apoio ao Conselho de Administração, auditoria interna, assessoria jurídica, aprovisionamento e logística e instalações e equipamentos.

b) a tutela e supervisão partilhadas das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Gabinete do cidadão em articulação com as direções clínicas e de enfermagem;
- Recursos humanos;
- Documentação, formação e investigação (em articulação com os restantes pelouros);
- Informação e comunicação;

c) Na falta ou impedimento de qualquer outro membro do conselho de administração e salvo impedimento legal, a tutela e supervisão sobre todas as outras áreas de atuação da ULSLA.

Vogal do Conselho de Administração – Mestre Francisco João Velez Roxo

Sem prejuízo das competências específicas que legal e estatutariamente lhe estão cometidas o vogal do CA, tem delegada:

a) a tutela e supervisão das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Planeamento e controlo de gestão, gestão de doentes, serviços financeiros e de gestão patrimonial, serviços que asseguram as telecomunicações e os sistemas e tecnologias de informação, serviços de segurança e de vigilância, expediente geral e gestão de transportes.

b) a tutela e supervisão partilhadas das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Gabinete do cidadão em articulação com as direções clínicas e de enfermagem;
- Informação e comunicação;
- Serviços hoteleiros.



Vogal do Conselho de Administração e Diretor Clínico para a área de Cuidados Hospitalares – Licenciado Carlos Adrián Aldeia de Jesus

As competências previstas no Artigo 9º dos Estatutos da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., republicadas no Anexo II ao Decreto-Lei nº12/2015 de 26 de Janeiro

a) tem delegada a tutela e supervisão das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Cuidados de saúde hospitalares, unidade de psicologia e serviço de saúde ocupacional

b) a tutela e supervisão partilhadas das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- as comissões de integração de cuidados de saúde, de ética, de farmácia e terapêutica, da qualidade e de segurança do doente e do controlo da infeção associada aos cuidados de saúde, serviços farmacêuticos, serviços de urgência, a unidade de convalescença, a saúde ocupacional e a higiene e saúde no trabalho, a equipa de gestão de altas, o serviço de nutrição e dietética e os serviços ou unidades que asseguram os meios de apoio à decisão clínica.

Vogal do Conselho de Administração e Diretor Clínico para a área de Cuidados Primários e Saúde Pública – Licenciado Horácio Carlos Figueiredo Feiteiro

As competências previstas no Artigo 9º dos Estatutos da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., republicadas no Anexo II ao Decreto-Lei nº12/2015 de 26 de Janeiro.

a) tem delegada a tutela e supervisão das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Cuidados de saúde primários, saúde pública e a telemedicina;

b) a tutela e supervisão partilhadas das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- as comissões de integração de cuidados de saúde, de ética, de farmácia e terapêutica, da qualidade e de segurança do doente e do controlo da infeção associada aos cuidados de saúde, serviços farmacêuticos, serviços de urgência, equipa coordenadora local, a unidade de convalescença, a saúde ocupacional e a higiene e saúde no trabalho, a equipa de gestão de altas e os serviços ou unidades que asseguram os meios de apoio à decisão clínica.

Vogal do Conselho de Administração e Enfermeira Diretora – Licenciada Susana Maria Garlito Sanches

As competências previstas no Artigo 10º dos Estatutos da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., republicadas no Anexo II ao Decreto-Lei nº12/2015 de 26 de Janeiro.

Para além das competências próprias, tem delegada:

a) a tutela e supervisão das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Cuidados de enfermagem dos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, central de esterilização, serviços gerais e serviço e apoio social.



b) a tutela e supervisão partilhadas das seguintes áreas de atuação, bem como os correspondentes serviços:

- Recursos humanos, documentação, investigação (em articulação com os restantes pelouros) e formação, a comissão de controlo de infeção associada aos cuidados de saúde, unidade convalescença, equipa coordenadora local, serviços hoteleiros, gestão de altas e o serviço de nutrição e dietética

Nos termos do nº2 do Artigo 7º do Decreto – Lei nº238/2012 de 31 de Outubro, a Presidente do Conselho de Administração é substituída nas suas ausências e impedimentos, pelo Vogal do Conselho de Administração por si designado.

Quanto aos poderes delegados:

1) No presidente, licenciado Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches:

a) Em nome e representação da ULSLA E.P.E. outorgar, individualmente, contratos, protocolos, memorandos, propostas ou praticar atos necessários à execução de deliberações do conselho de administração subscrevendo os documentos necessários e convenientes à prossecução desses fins;

b) Dirigir e tomar as necessárias providências para, no âmbito da gestão, assegurar o correto funcionamento da ULSLA, bem como proporcionar a necessária representação ou comunicação externa;

c) No âmbito da assessoria jurídica, a distribuição e a definição de trabalhos da equipa jurídica da ULSLA;

d) No âmbito do aprovisionamento e logística: escolher o tipo de procedimento a adotar, nos termos das normas da contratação pública; autorizar a aquisição de todos os bens, serviços e materiais de consumo corrente, até ao montante de €250.000, estando ou não em stock, bem como todos os procedimentos inerentes ao respetivo processo; designar os júris para condução de procedimentos nos termos das normas da contratação pública; autorizar despesa com obras de simples conservação, reparação e beneficiação das instalações e equipamentos, bem como locação e aquisição direta de bens, equipamentos ou prestação de serviços até ao montante de €75.000, bem como todos os procedimentos inerentes ao respetivo processo; autorizar a despesa com bens de investimento, constante em plano e orçamento, previamente, aprovados pelo conselho de administração e/ou Tutela; conceder adiantamentos a empreiteiros e fornecedores de bens e serviços nos termos da lei, e até aos limites de despesas que lhe estão adstritos; proceder à prática dos atos consequentes aos de autorização, escolha e início do procedimento; aprovar as minutas de contratos; Autorizar despesas com seguros, celebrar os respetivos contratos e autorizar a respetiva atualização; assegurar a contratação dos serviços externos e garantir o controlo e acompanhamento da sua execução nos termos previstos nos cadernos de encargos; definir e assegurar a(s) metodologia(s) de gestão, distribuição e reposição de bens na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano.

e) No âmbito das instalações e equipamentos: assegurar o cumprimento dos respetivos contratos de prestação de serviço; diligenciar para que a segurança de pessoas e bens esteja respeitada, no que se refere a equipamentos e edifícios; tomar as medidas necessárias para o regular funcionamento dos equipamentos, através de contratualização de manutenção específica em articulação com o outsourcing principal para esta área; garantir a tomada de decisões que visem a concretização do estipulado no plano de eficiência energética.

f) Autorizar, nos termos legais, despesas que não excedam o valor ou a responsabilidade de € 1.000.000 (um milhão de euros).



2) No seu presidente, licenciado Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches e no vogal mestre Francisco João Velez Roxo:

- a) Decidir ou propor ao Conselho de Administração a decisão sobre queixas apresentadas pelos utentes e seus familiares e em articulação com as direções clínicas e de enfermagem;
- b) Assegurar a existência de canais internos e externos de informação sobre a atividade da ULSLA, nomeadamente utilizando a internet, a intranet e uma newsletter digital.

3) No seu presidente, licenciado Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches e na vogal e enfermeira diretora, licenciada Susana Maria Garlito Sanches, e no âmbito da gestão de recursos humanos e da formação:

Autorizar, mensalmente, o processamento dos vencimentos ao pessoal; Praticar todos os atos subsequentes à abertura de concursos de pessoal e à celebração dos respetivos contratos, nomeadamente contrato de trabalho em funções públicas, contratos individuais de trabalho, contratos a termo certo e incerto, bem como a sua prorrogação, renovação, rescisão e caducidade; Propor a renovação dos contratos individuais de trabalho, nos termos da lei; Autorizar a celebração de contratos de profissionais oriundos de centros de emprego e conceder aos mesmos o subsídio de refeição e o abono para transporte; Autorizar os profissionais a reiniciarem funções; confirmar as condições legais da progressão dos trabalhadores nos termos da lei e autorizar os abonos daí decorrentes; praticar todos os atos relativos aos regimes de proteção social, à aposentação e reforma dos trabalhadores sujeitos à lei geral do contrato de trabalho em funções públicas e demais trabalhadores; autorizar a atribuição do Estatuto do Trabalhador-Estudante, nos termos da lei e efetuar a respetivo acompanhamento; autorizar os pedidos e licenças referentes à lei da parentalidade e autorizar o pagamento dos respetivos subsídios; autorizar os pedidos de concessão de horários de amamentação, aleitação e acompanhamento dos filhos, após parecer do respetivo superior hierárquico; promover a verificação domiciliária da doença dos profissionais, bem como a sua submissão a junta médica; reconhecer os acidentes de trabalho¹ e autorizar o processamento das respetivas despesas; praticar todos os atos subsequentes à autorização de mobilidade de pessoal; autorizar deslocações em serviço no território nacional, bem como o pagamento de ajudas de custo, esgotada a capacidade da frota institucional, em transporte público ou mediante a utilização de automóvel próprio; aprovar as listagens de antiguidade dos trabalhadores, bem como deliberar sobre as respetivas reclamações do pessoal; propor ao conselho de administração a nomeação dos administradores hospitalares, diretores, coordenadores ou outros responsáveis por serviços inerentes aos seus pelouros; prestar informação mensal, sucinta, ao conselho de administração sobre a evolução dos recursos humanos, efetuando um relatório trimestral; confirmar as condições legais da progressão dos trabalhadores nos termos da lei e autorizar os abonos daí decorrentes; assegurar a existência e a execução do Plano Anual de Formação da ULSLA, assegurar a implementação dos sistemas de assiduidade e avaliação dos recursos humanos.

4) No vogal, mestre Francisco João Velez Roxo:

a) No âmbito da área de planeamento e controlo de gestão, financeira e patrimonial:

Coordenar a preparação dos planos anuais e plurianuais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., incluindo os respetivos orçamentos, e submetê-los ao conselho de administração; monitorizar, apreciar a execução dos contratos-programa e dos Planos plurianuais e assegurar a regularidade da recolha de dados estatísticos e informação útil para a gestão, apresentando-a ao conselho de administração e, após aprovação, assegurar a sua divulgação interna; Coordenar a preparação do Plano e orçamento anual de Investimentos, bem como a monitorização da sua execução; Assegurar a elaboração do relatório e contas anual, bem como relatórios trimestrais de execução orçamental; Coordenar o desenvolvimento da contabilidade analítica e o inerente cálculo de custos e proveitos; Supervisar os pagamentos a fornecedores e o controlo da dívida; autorizar pagamentos que não excedam o valor ou a responsabilidade de €1.000.000 (um milhão de euros); Propor ao conselho de administração e fazer cumprir, após aprovação, os fundos de maneo e permanentes; Assegurar as



determinações do conselho de administração no que respeita a gestão de tesouraria em especial à movimentação de contas bancárias; Assegurar a regularidade da cobrança das receitas e dos pagamentos das despesas da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano EPE, constituindo mandatário forense quando necessário ou conveniente, na falta ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração; Assegurar que a conferência de faturas, incluindo a de convencionados é feita com todo o rigor e de acordo com as boas práticas contabilísticas e de relacionamento com terceiros. Autorizar a anulação de faturas relacionadas com o pagamento de taxas moderadoras, após prova de isenção ou de outro facto que impossibilite o seu pagamento; Autorizar a anulação de faturas, por proposta do Serviço de Contencioso, cumpridos e esgotados os adequados procedimentos de cobrança; Autorizar os reembolsos das quantias devidas pela Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E. indevidamente cobradas; Autorizar todos os encargos com ações de formação cofinanciadas por Fundos da União Europeia, designadamente, o Fundo Social Europeu, ou constantes do plano previamente aprovado pelo Conselho de administração; Assegurar a gestão do património e a atualização do inventário dos bens da ULSLA;

b) No âmbito da gestão de doentes: Validar e autorizar a despesa inerente ao recurso à prestação de cuidados no exterior, desde que previamente autorizados pela(s) direção(ões) clínica(s); autorizar as desmarcações de doentes e alterações de marcações de solicitação de recursos técnicos aplicáveis no seu tratamento e assistência desde que previamente validadas pela(s) direção(ões) clínica(s); prestar informação, sobre o movimento assistencial ao conselho de administração, nomeadamente sobre: consulta a tempo e horas e lista de inscritos para cirurgia, codificação e auditoria clínica e sistemas Sinas.

c) No âmbito dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação: coordenar a elaboração e propor o plano estratégico para os sistemas e tecnologias informáticas e de comunicação da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., a apresentar ao conselho de administração, que esteja de acordo com as orientações do Ministério da Saúde; coordenar e monitorizar a execução do projeto piloto (Sonho- Sinus), a levar a cabo com a SPMS,EPE; propor o plano de investimentos nesta área; apresentar, trimestralmente, um ponto da situação da evolução dos sistemas e tecnologias de informação ao conselho de administração;

d) No âmbito da segurança e vigilância: Supervisar os Planos de Segurança, Vigilância diária, acionar em articulação com o Presidente do CA o Plano de Emergência Interna e de Catástrofe;

5) No vogal do Conselho de Administração, mestre Francisco João Velez Roxo e na vogal e enfermeira diretora, licenciada Susana Maria Garlito Sanches, no âmbito da gestão hoteleira:

Controlar e acompanhar o desempenho dos contratos de *outsourcing*; propor planos de intervenção na área dos serviços hoteleiros; prestar informação mensal sobre a evolução dos serviços hoteleiros na ULSLA.

6) No vogal e diretor clínico para a área de cuidados hospitalares, licenciado Carlos Adrián Aldeia de Jesus:

Autorizar a afetação e movimentação de pessoal médico hospitalar e de clínica geral no serviço de urgência, bem como na unidade de convalescença; Propor e dar parecer para a admissão e mobilidade interna e externa de pessoal; Autorizar as movimentações dos médicos do Internato Médico hospitalar; Autorizar o recurso à prestação de cuidados no exterior, assinando os termos de responsabilidade, nomeadamente de internamentos, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, sempre que não exista capacidade técnica na Instituição, no âmbito dos contratos/acordos firmados com entidades externas e após verificação da justificação clínica inerente ou, em alternativa, com intervenção cumulativa de



outro membro do conselho de administração; Preparar e instruir os processos para o recurso à prestação de cuidados no estrangeiro, a submeter a autorização do Diretor-Geral da Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/92, de 13 de Agosto; Submeter a aprovação do conselho de administração a introdução de novos medicamentos, bem como, de novos equipamentos e material de consumo, após pareceres, respetivamente, da comissão de farmácia e terapêutica e da comissão de normalização de equipamentos e material de consumo, em obediência a princípios de gestão e de eficiência económica; Analisar, ponderar e decidir se autoriza ou não a disponibilização de dados clínicos à entidade competente que os solicitar no âmbito de processo judicial e de informações clínicas relativas à assistência prestada na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., à exceção das solicitações dos Tribunais do Trabalho no âmbito de processos de reparação de acidentes de trabalho; Emitir parecer ou propor a realização de estágios e visitas de estudo à Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., no âmbito dos serviços sob a sua responsabilidade; Emitir parecer ou propor a realização de estudos e projetos de investigação científica, com exceção de ensaios clínicos, após avaliação pela comissão de ética; Emitir parecer sobre a celebração de protocolos entre a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E. e outras organizações da área da saúde, sempre que os mesmos impliquem a prestação de cuidados clínicos; Acompanhar a execução dos planos de ação dos serviços/unidades, responsabilizando os profissionais de saúde pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição; Monitorizar o trabalho extraordinário e as prestações de serviços clínicos, realizados pelos profissionais das áreas dos respetivos pelouros; propor ao conselho de administração a nomeação dos adjuntos, diretores de serviço, coordenadores ou outros responsáveis dos serviços inerentes aos seus pelouros;

7) No vogal e diretor clínico para a área de cuidados hospitalares, licenciado Carlos Adrián Aldeia de Jesus e no vogal e diretor clínico para a área de cuidados primários e saúde pública, licenciado Horácio Carlos Figueiredo Santos Feiteiro:

a) No âmbito dos serviços farmacêuticos: coordenar a adequação e desenvolvimento de um ficheiro mestre único para a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., em articulação com as determinações do Infarmed IP e da ARSA,IP; definir e assegurar a(s) metodologia(s) de gestão, distribuição e reposição de medicamentos na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E.; propor ao aprovisionamento a aquisição de produtos farmacêuticos e apresentar as suas inerentes especificidades técnico-funcionais; propor elementos para participação nos júris dos procedimentos de aquisição de bens e serviços; controlar e monitorizar as prescrições clínicas, interagindo, sempre que necessário, com os diversos interlocutores; assegurar o cumprimento dos objetivos contratualizados, no âmbito do Contrato-Programa, inerente a aquisição, custos e prescrição de medicamentos; prestar trimestralmente, informação ao conselho de administração sobre a execução do contrato-programa; promover programas no âmbito da qualidade inerentes aos serviços farmacêuticos;

b) No âmbito serviços de apoio à decisão clínica: coordenar a elaboração e propor um plano estratégico para os meios e exames complementares de diagnóstico e terapêutica na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., a apresentar ao conselho de administração que esteja em articulação com as orientações do Ministério da Saúde, designadamente, sempre que possível, com recurso à telemedicina; propor ao conselho de administração a(s) metodologia(s) de gestão, mais eficaz(es) e eficiente(s), para a internalização de exames, adequando, as reais necessidades dos cuidados de saúde primários e hospitalares à capacidade dos serviços existentes na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E.; coordenar a gestão do projeto piloto de internalização de exames em toda a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., bem como, a disponibilidade dos convencionados e a acessibilidade dos utentes/doentes; controlar e monitorizar as prescrições



clínicas de meios complementares de diagnóstico, interagindo, sempre que necessário, junto dos diversos interlocutores; acompanhar o cumprimento dos objetivos contratualizados, no âmbito do Contrato-Programa, inerente a aquisição, custos e prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica; controlar e acompanhar o desempenho dos contratos de *outsourcing* existentes na área dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica; monitorizar o desempenho técnico das entidades convencionadas; propor ao conselho de administração a articulação com outras entidades prestadoras de serviços clínicos, sempre que necessário, especificando os requisitos técnico-funcionais mais adequados para a aquisição de serviços e/ou a cooperação institucional; apresentar, periodicamente, ao conselho de administração um ponto da situação da evolução dos resultados dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica; propor o plano de investimentos nesta área; promover, de forma articulada, programas no âmbito da qualidade assistencial nos serviços de apoio à decisão clínica e em articulação com o pelouro da gestão de doentes; coordenar os procedimentos conducentes à normalização e adequação, acompanhadas de melhorias nos sistemas informáticos, das requisições de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como, do envio automático de resultados.

8) No vogal e diretor clínico para a área de cuidados primários e saúde pública, licenciado Horácio Carlos Figueiredo Santos Feiteiro:

Autorizar a afetação e movimentação de pessoal médico de medicina geral e familiar, clínica geral no serviço de urgência e centros de saúde, de saúde pública; Propor e dar parecer para a admissão e mobilidade externa de profissionais de saúde; Autorizar as movimentações dos médicos do Internato Médico; Autorizar o recurso à prestação de cuidados no exterior, assinando os termos de responsabilidade, nomeadamente de internamentos, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica, sempre que não exista capacidade técnica na Instituição, no âmbito dos contratos/acordos firmados com entidades externas e após verificação da justificação clínica inerente ou, em alternativa, com intervenção cumulativa de outro membro do conselho de administração; Preparar e instruir os processos para o recurso à prestação de cuidados no estrangeiro, a submeter a autorização do Diretor-Geral da Saúde, nos termos do Decreto -Lei n.º 177/92, de 13 de Agosto; Submeter a aprovação do conselho de administração a introdução de novos medicamentos, bem como, de novos equipamentos e material de consumo, após pareceres, das respetivas comissões e em obediência a princípios de gestão e de eficiência económica; Autorizar e preparar a disponibilização de dados clínicos à entidade competente que os solicitar no âmbito de processo judicial e de informações clínicas relativas à assistência prestada no Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E. ; Emitir parecer ou propor a realização de estágios e visitas de estudo à Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., no âmbito dos serviços sob a sua responsabilidade; Emitir parecer ou propor a realização de estudos e projetos de investigação científica, com exceção de ensaios clínicos, após avaliação pela comissão de ética; Emitir parecer sobre a celebração de protocolos entre a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E. e outras organizações da área da saúde, sempre que os mesmos impliquem a prestação de cuidados; Acompanhar a execução dos planos de ação dos serviços/unidades, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição; Monitorizar o trabalho extraordinário e as prestações de serviços clínicos, realizados pelos profissionais das áreas dos respetivos pelouros; Propor ao conselho de administração a nomeação dos adjuntos, diretores de serviço coordenadores ou outros responsáveis dos serviços inerentes aos seus pelouros;



9) Na vogal e enfermeira diretora, licenciada Susana Maria Garlito Sanches:

1-No âmbito dos cuidados de enfermagem primários, hospitalares e continuados:

Autorizar a afetação e movimentação de pessoal de enfermagem, bem como de assistentes operacionais na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E.; Propor e dar parecer sobre a admissão e mobilidade externa de pessoal; Submeter a aprovação do conselho de administração a introdução de novos materiais/produtos da área de enfermagem, após parecer da comissão de normalização de equipamento e material de consumo, em obediência a princípios de gestão e de eficiência económica; Propor ao conselho de administração a aprovação de Padrões de Qualidade de Cuidados de Enfermagem e indicadores de avaliação dos cuidados de enfermagem prestados; Preparar a disponibilização de dados clínicos de enfermagem, em articulação com as direções clínicas, quando previamente autorizada, e mediante solicitação por entidades competentes, no âmbito de processo judicial e de informações clínicas relativas à assistência prestada na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E.; Emitir parecer ou propor a realização de estágios e visitas de estudo à Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E., no âmbito dos serviços sob a sua responsabilidade; Emitir parecer ou propor a realização de estudos e projetos na área da qualidade e da investigação científica, com exceção de ensaios clínicos, após avaliação pela comissão de ética; Emitir parecer sobre a celebração de protocolos entre a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E.P.E. e outras organizações da área da saúde, sempre que os mesmos impliquem a prestação de cuidados; Acompanhar a execução dos planos de ação dos serviços/unidades, responsabilizando aqueles pela gestão adequada e eficiente dos recursos colocados à sua disposição; Monitorizar o trabalho extraordinário e prestações de serviços, realizados pelos profissionais das áreas dos respetivos pelouros; Propor ao conselho de administração a nomeação dos adjuntos, enfermeiros chefes, coordenadores ou outros responsáveis dos serviços inerentes aos seus pelouros;

10) São ainda delegados, em cada um dos membros do Conselho de Administração e, para as áreas cuja tutela e supervisão lhes é atribuída, poderes para:

- a) Propor, para apreciação do conselho de administração, os horários do pessoal e aprovar as escalas, sem trabalho extraordinário, dos serviços e trabalhadores sob a sua responsabilidade;
- b) Autorizar o plano de férias e licenças;
- c) Autorizar os pedidos de alterações de férias anuais, bem como o gozo de férias em acumulação nos termos da lei;
- d) Justificar e injustificar faltas de trabalhadores dos serviços sob a sua responsabilidade, desde que observadas as disposições legais em vigor e após parecer do respetivo superior hierárquico;
- e) Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes, que ocorram no território nacional e com a garantia de cumprimento da atividade programada;
- f) Autorizar a participação em júris de concursos externos e propor os júris internos;



Síntese Curricular

As sínteses curriculares dos atuais membros do Conselho de Administração podem ser consultadas na RCM nº 26/2015 de 29 de Abril, RCM nº 4-G/2016 de 11 de Fevereiro e RCM nº 10/2016 de 24 de Março, que se encontra disponível no final deste documento, assim como o CV do fiscal único efetivo.

**PARTE B****ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA****Conselho dos Julgados de Paz****Declaração n.º 24/2016**

Dr.ª Sofia Ferreira Lopes de Campos Coelho, juíza de paz do julgado de paz de Sintra, renovada a sua nomeação como juíza de paz, agora por mais cinco anos, a contar do termo do precedente prazo de nomeação, conforme requereu, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, na redação da Lei n.º 54/2013, de 31.07, considerados os pressupostos legais da renomeação. Sem necessidade de nova posse, visto que continua colocado no mesmo julgado de paz.

Deliberação do Conselho dos Julgados de Paz de 30 de março de 2016.

6 de abril de 2016. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*, Juiz Conselheiro.

209490717

Declaração n.º 25/2016

Dr.ª Maria Manuela Alves Cardoso Ferreira de Freitas, juíza de paz do julgado de paz de Vila Nova de Gaia, renovada a sua nomeação como juíza de paz, agora por mais cinco anos, a contar do termo do precedente prazo de nomeação, conforme requereu, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, na redação da Lei n.º 54/2013, de 31.07, considerados os pressupostos legais da renomeação. Sem necessidade de nova posse, visto que continua colocado no mesmo julgado de paz.

Deliberação do Conselho dos Julgados de Paz de 30 de março de 2016.

6 de abril de 2016. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*, Juiz Conselheiro.

209490571

**PARTE C****PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS****Conselho de Ministros****Resolução n.º 10/2016**

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo III ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 238/2012, de 31 de outubro, que criou a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que um lugar de vogal executivo se encontra vago e o diretor clínico da área de cuidados de saúde hospitalares, Carlos Adrián Aldeia de Jesus, renunciou ao cargo, torna-se necessário proceder à nomeação dos respetivos titulares, pelo período restante do mandato em curso do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., que termina em 31 de dezembro de 2017.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção

para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo III ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro das Finanças e do Ministro da Saúde, Miguel Ângelo Madeira Rodrigues e Alda Maria Figueiredo Machado Pinto Dinis da Fonseca (diretora clínica) para os cargos de vogais executivos do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos é evidenciado nas respetivas notas curriculares, que constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2 — Autorizar a nomeada Alda Maria Figueiredo Machado Pinto Dinis da Fonseca a optar pelo vencimento do lugar de origem.

3 — Autorizar os nomeados Miguel Ângelo Madeira Rodrigues e Alda Maria Figueiredo Machado Pinto Dinis da Fonseca a exercerem a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

24 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO**Notas curriculares****Miguel Ângelo Madeira Rodrigues**

Data de nascimento: 12 de dezembro de 1977.

Nacionalidade: portuguesa.

Habilitações académicas

Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1999). Conclusão do ano curricular do VI Curso de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, pelo Instituto Superior Técnico (2001). XXXI Curso de Especialização em Administração Hospitalar, da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (2003). Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada de Lisboa (2008). Doutorando em Gestão de Informação, especialização em Sistemas de Informação e Decisão, pela Nova Information Management School (início em setembro 2014).

Experiência profissional

Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, tendo desenvolvido diferentes projetos, nomeadamente na área da colheita e transplantação de órgãos (de 1994 a 2005). Administrador hospitalar no Centro Hospitalar das Caldas da Rainha (Aprovisionamento, Especialidades Médicas e Cirúrgicas, Urgência, MCDT e Bloco Operatório) (de 2005 a 2006). Administrador hospitalar no Hospital D. Estefânia (Serviços Financeiros) (2006). Diretor da Unidade de Compras da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (de 2006 a 2008). Administrador hospitalar no Centro Hospitalar do Oeste Norte (Hospital Dr. Bernardino Lopes de Oliveira — Alcobaça, Serviço de Urgência, Instalações e Equipamentos, Especialidades Médicas e Aprovisionamento) (de 2009 a 2011). Administrador hospitalar no Departamento da Qualidade na Saúde da Direção-Geral da Saúde (coordenação logística do Programa de Auditorias Clínicas às NOC, Formulário Eletrónico de atribuição de Produtos de Apoio, Gestão Integrada da Doença — Doença Renal Crónica) (de 2008 a 2015). Coordenador da Unidade de Acompanhamento dos Hospitais da Administração Central do Sistema de Saúde (de junho a outubro de 2015), tendo assumido a Coordenação da Unidade de Orçamento e Controlo da mesma entidade (em novembro de 2015).

Alda Maria Figueiredo Machado Pinto Dinis da Fonseca

Habilitações académicas

Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1999). Pós-graduada em Direito da Medicina pelo Centro Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com a defesa da tese «Intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos arbitrários».

Realizou internato da formação específica em Cirurgia Geral, no Hospital de Santa Maria — Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE.

Obteve o grau de Assistente Hospitalar e de Especialista em Cirurgia Geral (2010).

Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., com atividade assistencial vocacionada para cirurgia minimamente invasiva (desde 2010).

Experiência profissional

Chefe de Equipa de Urgência. Coordenação de grupos de trabalho no âmbito das funções de Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral com enfoque particular na monitorização e avaliação do contexto da morbilidade cirúrgica. Possui atividade regular de âmbito científico, com apresentação e publicação de trabalhos. Orientadora da formação médica hospitalar pós-graduada. Integrou Júri de Concursos Médicos para a atribuição do Grau de Assistente Hospitalar e de Especialista em Cirurgia Geral. Atividade docente no ensino universitário integrada no Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina da Universidade do Algarve.

Direção do Serviço de Urgência da ULSLA, E. P. E. desde maio de 2015, sendo responsável pelo Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica, SUB de Alcácer do Sal e Odemira, VMER do Litoral Alentejano e SIV de Odemira. Adjunta da Direção Clínica Hospitalar da ULSLA, E. P. E. para as Especialidades Cirúrgicas e Serviço de Urgência.

Representante do Colégio da Especialidade de Cirurgia Geral na Revisão da norma da DGS 02/2015 — Sistemas de Triagem dos Serviços de Urgência e Referência Interna Imediata.

Elemento do Grupo Operativo Regional — Plano de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas.

Elemento da Equipa de Controlo de Infecção do Serviço de Urgência da ULSLA, E. P. E. — formadora e observadora.

209497927

Resolução n.º 11/2016

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado

pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 93/2005, de 7 de junho, que criou o Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E., conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E., são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Considerando que o n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, prevê a dissolução e demissão por mera conveniência do conselho de administração ou do gestor público, e que o n.º 2 do mesmo artigo determina que a cessação de funções por mera conveniência e a dissolução podem ter lugar a qualquer tempo, competindo tal cessação e dissolução ao órgão de nomeação.

Atendendo a que o Governo pretende nomear um novo conselho de administração e que o presidente do atual conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E., que acumulava com as funções de diretor clínico, Miguel Castelo-Branco Craveiro Sousa, renunciou aos respetivos cargos.

A presente resolução procede à dissolução, por mera conveniência, do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E., e à nomeação de um novo conselho de administração, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Dissolver, com fundamento em critérios de mera conveniência, o conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E.

2 — Nomear, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Saúde, João José Casteleiro Alves (diretor clínico), Vítor Manuel Alves Mendes da Mota, Maria de Jesus Trocado Marques e João José Carvalhinho Ramalhinho (enfermeiro diretor), respetivamente, para os cargos de presidente e vogais executivos do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E. P. E., para o triénio 2016-2018, cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos são evidenciados nas respetivas notas curriculares, que constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

3 — Autorizar o nomeado João José Casteleiro Alves a optar pelo vencimento do lugar de origem.

4 — Autorizar o nomeado João José Casteleiro Alves a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

5 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a 25 de março de 2016.

24 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.

ANEXO

Notas curriculares

João José Casteleiro Alves
Formação

Assistente Graduado com Grau de Consultor (1996).

Especialista em Cirurgia Geral (1989).

Licenciatura em Medicina, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Atividade Profissional:

Vogal Executivo do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de São João, E. P. E., (2014-fev/2016); Vogal Executivo do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., (2011-2013); Diretor de Centro de Empresas do Banco BPI (abr/2010-dez/2010); Vogal Executivo do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., (out/2008-mar/2010); Vogal Executivo do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Alto Minho, E. P. E., (jan/06-set/08); Vogal Executivo do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Alto Minho, SA (ago/05-dez/05); Gerente de Conta de Empresas do Banco BPI (97-ago/05); Gestor de Cliente Empresas do Banco de Fomento e Exterior (95-97); Assistente Comercial do Banco de Fomento e Exterior (93-95).

Outra Experiência Profissional Relevante:

Formador do módulo “Financial Management in Delivery” do curso de formação “Leadership in Healthcare Delivery” da Nova SBE (2014-2015); Docente do Módulo II-Gestão de Projetos de Investimento de Finanças I da Pós-Graduação de Finanças e Fiscalidade da EGP-UBPS — Porto (2008-2010); Coordenador da equipa de projeto que elaborou o Plano Estratégico para a constituição da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., por integração de todos os Centros de Saúde do distrito de Viana do Castelo e do Centro Hospitalar do Alto Minho, E. P. E. (2008).

Fernando Alberto Alves
Nascido em Edral Vinhais, em 27 de novembro de 1956.
Habilitações académicas:

Licenciado em Economia pela FEP.
Mestre em Gestão e Economia de Serviços de Saúde pela FEP.
PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde da ASES — Escola de Direção e Negócios.

Experiência profissional:

Consultor financeiro em empresa metalomecânica — AGM, entre 2011 e 2012.

Auditor interno no IPO Porto, entre 2010 e 2011.

Vogal Executivo do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, entre 2006 e 2009.

Diretor Comercial de empresa do setor automóvel — Garagem Justino, entre 1996 e 2005.

Administrador de empresa do setor automóvel — Rolmeta, entre 1993 e 1996.

Diretor Administrativo e Financeiro com funções de gerência de empresa do setor automóvel — Moto Meca, entre 1988 e 1993.

Técnico Superior de Economia e Gestão, no NRVIR — Núcleo Empresarial da Região de Vila Real, entre 1987 e 1988.

Gestor da Cooperativa Agrícola de Montalegre, entre 1986 e 1987.
Professor do Ensino Secundário, lecionando a disciplina de Matemática na Escola Secundária de Montalegre, entre 1981 e 1987.

João Manuel Ferreira Gaspar n.º de cédula profissional — 26986 — Ordem dos Médicos
Percurso Académico:

6 de fevereiro 2013 — Grau de Consultor de Cirurgia Geral Hospitalar.

11 de novembro de 2008 — Pós-Graduação em Gestão e Administração Hospitalar.

1 de julho de 2007 — Assistente Graduado de Cirurgia Geral — “Via Longa”.

27 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1991 — Clínico Geral ARS/Vila Real.

1 de janeiro de 1987 a 27 de dezembro de 1988 — Clínico Geral ARS — Viana do Castelo.

16 de junho de 1998 — Grau de Especialista de Cirurgia Geral.

29 de julho de 1982 — Licenciatura em Medicina, F.M. da Universidade do Porto.

Experiência profissional:

27 de setembro de 2000 — Nomeado Assistente de Cirurgia Geral — Vila Real.

29 de julho de 1999 a 2000 — Assistente de Cirurgia Geral — Mirandela.

13 de agosto de 1998 — Assistente Eventual de Cirurgia Geral — Vila Real.

1 de janeiro de 1992 a 16 de junho de 1998 — Internato complementar — Cirurgia Geral — Vila Real.

27 de dezembro de 1989 a 30 de dezembro de 1991 — Médico Clínico Geral — C.S. Vila Real.

1 de janeiro de 1987 a 27 de dezembro de 1989 — Médico de Clínica Geral — C.S. Melgaço.

1 de novembro de 1985 a 31 de dezembro de 1986 — Batalhão Saúde Militar de Setúbal.

Formação Profissional:

Dezembro de 2006 — Elaboração e Implementação do Manual da Qualidade — Consulta Externa.

14 a 24 de outubro de 1997 — Curso de codificação CID-9-MC — IGIF — Lisboa.

Cargos Desempenhados:

2013-2015 — Diretor do Hospital de Dia do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro.

2012-2015 — Membro do GREPED (grupo de estudo de pé diabético de Portugal).

2005 a 2010 — Diretor da Consulta Externa — Hospital de São Pedro de Vila Real.

2003 a 2015 — Implementação da consulta do pé diabético — Hospital de São Pedro de Vila Real.

Júlio Manuel Pires de Azevedo nasceu em 1966, em Vilarinho de Samardá, Vila Real.

Habilitações académicas: Licenciado em Enfermagem, com o Curso de Estudos Superiores Especializados em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica, em julho de 1999, pela Escola Superior de Enfermagem D. Ana Guedes, Porto.

Pós-Graduação em Gestão e Direção de Serviços de Saúde — Curso de Especialização, em junho de 2014, pela Porto Business School, Porto.

Pós-graduação em Gestão — Gestão Pública e Autárquica, em julho de 2003, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Curso de Enfermagem Geral, em julho de 1991, pela Escola Superior de Enfermagem de Vila Real.

Experiência profissional: De outubro de 2013 até a presente data, adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, responsável pela gestão e coordenação do gabinete de apoio às juntas de freguesia.

Março de 2009 a setembro de 2013, Enfermeiro Responsável do Serviço de Consulta Externa do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD), Unidade de Vila Real.

Em março de 2013, Enfermeiro Responsável pela Unidade Integrada da Diabetes do CHTMAD e, em junho do mesmo ano, membro das Unidades Coordenadoras Funcionais da Diabetes (UCFD) dos Agrupamentos dos Centros de Saúde da área de influência do CHTMAD.

Junho de 2000 a fevereiro de 2009, Enfermeiro Especialista, nos serviços de Psiquiatria e Cirurgia do Hospital de S. Pedro de Vila Real.

De 1992 até 1999, Enfermeiro no Centro de Saúde de Vila Pouca de Aguiar e Hospital de S. Pedro de Vila Real — serviço de ambulatório, serviço de atendimento permanente, e internamento de psiquiatria.

No serviço de cirurgia foi responsável pela formação em serviço.

Integrou grupos de trabalho do Projeto de Acreditação do CHTMAD, pela Joint Commission International, em 2007 — Gestão e utilização de Medicação (MMU) e organização do Manual de Qualidade da Consulta Externa.

100000128

Resolução n.º 4-G/2016

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo III ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que o lugar de presidente do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., se encontra vago, torna-se necessário proceder à nomeação do respetivo titular, para completar o mandato em curso do atual conselho de administração, que termina em 31 de dezembro de 2017.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros

n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos do artigo 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo III ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo decreto-lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º e da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro das Finanças e do Ministro da Saúde, Paulo Jorge Espiga Alexandre para o cargo de presidente do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva nota curricular, que consta do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2 — Autorizar o nomeado Paulo Jorge Espiga Alexandre a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

3 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

11 de fevereiro de 2016. — O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.

ANEXO

Nota curricular

Paulo Jorge Espiga Alexandre nasceu em 22 de março de 1975.

Habilitações académicas e profissionais: Licenciado em Geografia e Planeamento Regional, variante Geografia Humana pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995/1999; Diplomado em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública — Universidade Nova de Lisboa — 2001/2002; GESAGE — Curso de Alta Direção em Gestão de Unidades de Saúde para Gestores, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde — AESE, Escola de Direção e Negócios; Programa Avançado de Gestão para Diretores Executivos dos ACES — Instituto Nacional de Administração, I. P.

Experiência profissional: desde 1 de dezembro de 2013 nomeado Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho; nomeado Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral, de fevereiro de 2009 a setembro de 2012; exerceu funções, de maio de 2007 a fevereiro de 2009, na ACSS, I. P., com responsabilidades de coordenação das áreas da contratualização pública de serviços de saúde (Convenções) e da Gestão Integrada da Doença; de dezembro de 2005 a maio de 2007, desempenhou as funções de Assessor na Direção Saúde na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; de julho de 2004 a dezembro de 2005, desempenhou funções de Administrador Hospitalar no Hospital do Litoral Alentejano; de agosto de 2003 a julho de 2004, desempenhou funções de Administrador Maternidade Dr. Alfredo da Costa Hospitalar; de setembro de 1998 a agosto de 2003, exerceu funções na Geoideia — Estudos de Organização do Território, L.º

Outros Elementos: Integra a equipa de investigação «Inovação de políticas em saúde: o caso da contratualização em Portugal» da Escola Nacional de Saúde Pública, leciona enquanto preletor convidado, na Escola Nacional de Saúde Pública, sessões de formação de Contratualização e Financiamento em Saúde e Gestão Integrada da Doença.

É membro da Direção da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Hospitalar (APDH) e da comissão organizadora do «Prémio de boas práticas em saúde»; integrou, em 2008, por nomeação do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, o grupo de trabalho encarregue da revisão do regime de aquisição de serviços de saúde por parte do Serviço Nacional de Saúde; de março de 2008 a fevereiro de 2009, foi nomeado pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, como representante da ACSS, I. P., na Comissão Nacional de Acompanhamento de Diálise. 100000131

Resolução n.º 4-H/2016

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e

republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, aplicável ao Centro Hospitalar de São João, E. P. E., por força do disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 30/2011, de 2 de março, conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de São João, E. P. E., são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que dois dos membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de São João, E. P. E., apresentaram a renúncia aos respetivos cargos, dois vogais executivos vão ser nomeados para integrarem o Conselho de Administração de outro Centro Hospitalar e a enfermeira diretora encontra-se na situação de aposentada, embora autorizada a manter-se em exercício de funções, torna-se necessário proceder à nomeação de novos titulares para este órgão diretivo, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º, do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Saúde, António Joaquim Freitas de Oliveira e Silva, Luís Carlos Fontoura Porto Gomes, Ilídio Renato Garrido Matos Pereira, José Artur Osório de Carvalho Paiva (Diretor Clínico) e Maria Filomena Passos Teixeira Cardoso (Enfermeira Diretora), respetivamente, para os cargos de presidente e vogais executivos do conselho de administração do Centro Hospitalar de São João, E. P. E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos são evidenciadas nas respetivas notas curriculares, que constam dos anexos à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2 — Autorizar o nomeado José Artur Osório de Carvalho Paiva a optar pelo vencimento do lugar de origem.

3 — Autorizar os nomeados António Joaquim Freitas de Oliveira e Silva, Ilídio Renato Garrido Matos Pereira, José Artur Osório de Carvalho Paiva e Maria Filomena Passos Teixeira Cardoso a exercerem a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

11 de fevereiro de 2016. — O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.

ANEXO

Notas curriculares

António Joaquim Freitas de Oliveira e Silva.

Data de nascimento: 5 de março de 1960.

Naturalidade: Oliveira de Azeméis.

Licenciado em Medicina pelo Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, 1987.

Especialista em Medicina Interna pela Ordem dos Médicos desde 1995.

Competência em Emergência Médica pela Ordem dos Médicos em agosto de 2003.

Assistente Graduado Sénior de Medicina desde julho de 2010.

Coordenador da Emergência Pré-Hospitalar do Hospital de São João de 1997 a 1999.

Diretor do Serviço de Urgência do Hospital de São João de 2003 a 2005.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 25/2015

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, aplicável ao Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E., por força da alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de fevereiro, conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E., são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que, desde o início de funções do atual conselho de administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E., se encontra vago um lugar de vogal executivo, torna-se necessário proceder à respetiva nomeação, para completar o mandato em curso dos membros do referido órgão, que termina em 31 de dezembro de 2015.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º e da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Saúde, Luís Filipe Ferreira da Cruz Matos para o cargo de vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva sinopse curricular, que consta do anexo à presente resolução e da qual faz parte integrante.

2 — Autorizar o nomeado Luís Filipe Ferreira da Cruz Matos a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

3 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir de 27 de abril de 2015.

16 de abril de 2015. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Nota curricular

Luís Filipe Ferreira da Cruz Matos, nascido a 10 de maio de 1973.
Habilitações Académicas

Mestre em Sistemas de Informação pela Universidade do Minho em dezembro de 2006. Pós-Graduado em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública em julho de 2001 e Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica no Porto em setembro de 1996.

Conclusão com aproveitamento do PADIS em 2014 e do curso «Mastering in Health Care Finance» em 2007.

Experiência Profissional

Desde setembro de 2014, vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

De março de 2014 a setembro de 2014, vogal executivo do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho.

De novembro de 2011 a março de 2014, gestor da Parceria Público-Privada do Hospital de Braga na Administração Regional do Norte, I.P.

De fevereiro de 2007 a outubro de 2011, administrador hospitalar no Centro Hospitalar do Porto.

De novembro de 2005 a janeiro de 2007, vogal executivo do Conselho de Administração do Hospital Infante D. Pedro, Aveiro.

De novembro de 2000 a outubro de 2005, administrador hospitalar na Unidade Local de Saúde de Matosinhos.

De junho 1999 a setembro de 1999, adjunto de gerente de galeria comercial na Sonae Imobiliária, S.A.

De junho de 1997 a maio de 1999, operador de atendimento direto no Montepio Geral, Ermesinde.

Experiência Académica

Docente da cadeira de Sistemas de Informação e Gestão Financeira no Curso de Pós-graduação em Administração e Gestão da Saúde da Universidade Lusíada do Porto e da cadeira de Instalações Hospitalares na Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica no Porto.

208594614

Resolução n.º 26/2015

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo III ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que os atuais membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., cessaram o respetivo mandato em 31 de dezembro de 2014, torna-se necessário proceder à nomeação dos novos membros deste órgão de administração.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre as nomeações constantes da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo III ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Saúde, Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches, Francisco João Velez Roxo, Horácio Carlos Figueiredo Santos Feiteiro (diretor clínico da área de cuidados de saúde primários), Carlos Adrián Aldeia de Jesus (diretor clínico da área de cuidados de saúde hospitalares) e Susana Maria Garlito Sanches (enfermeira diretora), respetivamente, para os cargos de presidente e de vogais executivos do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos são evidenciadas nas respetivas sinopses curriculares, que constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2—Autorizar os nomeados Horácio Carlos Figueiredo Santos Feiteiro e Carlos Adrián Aldeia de Jesus a optar pelo vencimento do lugar de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

3—Autorizar os nomeados Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches, Francisco João Velez Roxo e Carlos Adrián Aldeia de Jesus a exercerem a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

4—Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir de 22 de abril de 2015.

16 de abril de 2015. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Notas curriculares

Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches, natural de Penamacor e residente em Lisboa.

Idade, 49 anos.

Habilitações Literárias — Pós Graduação em Direito da Água (2012) e em Direito da Energia (2007) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Conclusão da parte escolar do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada — Pós-graduação em Relações Internacionais (2003); Licenciatura em Direito (ramo ciências jurídicas) pela Universidade Lusíada de Lisboa (1990).

Habilitações Profissionais — Seminário de Alta Direção do Instituto Nacional de Administração (fevereiro de 2004); Frequência do “Curso Pós-graduado sobre Contratos públicos em especial,” na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2014); Frequência do curso de Especialização em Inspeção, Auditoria e Fiscalização (INA 2015). Formação profissional nas áreas das competências profissionais.

Experiência Profissional — Inspetor na Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (membro da equipa multidisciplinar de auditoria onde desenvolveu trabalhos no âmbito das empreitadas de obras públicas e do Sistema de Controlo Interno). Inspetor no Serviço de Auditoria e Controlo Interno da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Emprego e na Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Deputado à Assembleia da República nas X e XI Legislaturas. Funções de direção na empresa multinacional Microsoft. Vogal da Direção do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão. Chefe de gabinete de membros do governo no XIII e XIV Governos Constitucionais. Intervenções várias como orador em diversos seminários, colóquios, conferências e ações de formação, quer em Portugal quer noutros países e em áreas diversificadas como sejam as da modernização administrativa, as novas tecnologias, a segurança alimentar, a energia, o combate à corrupção, o ambiente e a sustentabilidade.

Outros — Relator e autor do Relatório da Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas (obra editada pela Assembleia da República em 2009. ISBN 978-972-556-527-8); De outubro de 2009 a dezembro de 2014, Presidente da Assembleia Municipal de Penamacor.

Francisco João Velez Roxo nasceu em Alter do Chão em 1952. Casado desde 1982.

Fez os estudos básicos e secundários em Colégio Católico e os exames no Liceu Nacional de Portalegre (1960-1971). Licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas e obteve o grau de Mestre em Comunicação Multimédia na UT Lisboa (1972-1988) Desenvolveu Estudos de Doutoramento no IEP da UCP Lisboa (2008-2010).

Complementou a formação universitária desde 1977, com a obtenção de Diplomas de Pós Graduação em Engenharia Industrial (*AliRati-Suécia*) e do *International Teachers Program* (HEC/London Business School).

Obteve Certificados de cursos de Estratégia e Marketing de média e curta duração em várias *Business Schools*: INSEAD (França), IMEDE (Suíça), HEC (França), COLUMBIA UNIVERSITY (EUA) e HARVARD BUSINESS SCHOOL (EUA) e IESE/AESE.

Participou em dezenas de conferências e colóquios como participante e interventor na área de Gestão de Serviços, tanto a nível nacional como internacional. Apresentou comunicações em Congressos de Estratégia, Marketing, Saúde e tecnologias da informação e escreveu artigos para Revistas Portuguesas especializadas em temas de Management.

Tem repartido, desde 1977, a sua atividade profissional entre o trabalho como Técnico Superior e Quadro com funções de Gestão na Administração Pública (FFH), Empresas Públicas (CTT, IPE, ANCP, CHL) Empresas Privadas (*Alterfato*, *Iberconsult*, SSF, Easyphone, Altiunde Software, SIBS, UNICRE), e a docência no ensino universitário (ISCTE, ISEG, ISEL, ISGB, IPL, UCP), com consultoria e Formação profissional em Gestão Estratégica e Marketing de Serviços e em Gestão da Saúde, para Quadros Médios e Superiores.

Na UCP/Católica *Lisbon* é atualmente Coordenador dos Cursos de Executivos na área da GESTÃO em SAÚDE.

Estilo de vida: Leituras, Viagens e Desportos ao ar livre. Voluntariado.

Projeto de vida: *Learning by Doing* porque na escuridão do futuro a escada tem sempre mais um degrau.

Horácio Carlos Figueiredo Santos Feiteiro, nascido a 23 de abril de 1952, em Lisboa.

Licenciatura em Medicina em julho de 1978, na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Ingresso na Carreira de Clínica Geral a 1 de janeiro de 1983 na Administração Regional de Saúde de Beja—Centro de Saúde de Odemira.

Assistente da Carreira Médica de Clínica Geral desde janeiro de 1991.

Concurso de Habilitação ao Grau de Consultor de Clínica Geral em julho de 1994.

Obtido o Grau de Consultor de Clínica Geral em julho de 1995.

Membro do Grupo de Trabalho Distrital do Plano de Saúde do Alentejo, em 1983.

Autoridade Sanitária Substituta de Odemira, de janeiro de 1989 até 1999.

Coordenador Distrital da Doença de Hansen desde 1987.

Diretor do Centro de Saúde de Odemira desde fevereiro de 1991 até março de 2003.

Membro da Comissão de Gestão do Sistema Local de Saúde de Beja desde 1998, em representação dos Centros de Saúde da Sub-Região de Saúde de Beja.

Membro do Júri de vários concursos da S. R. S. de Beja na área dos Serviços.

Membro do Júri de vários concursos da S. R. S. de Beja na área de Provimento.

Nomeado Diretor de Serviços de Saúde da Sub-Região de Saúde de Beja, desde janeiro 2003 até janeiro de 2009.

Entre 2005 até 2011 exerce em acumulação as funções de Diretor do Centro de Saúde de Ourique.

Provido na categoria de Chefe de Serviço da Carreira Médica de Clínica Geral desde janeiro de 2006.

Nomeado Adjunto do Presidente do CA da ULSBA para a área clínica dos cuidados de saúde primários em janeiro de 2009.

Presidente do Conselho Clínico do DACES BA desde 2009.

Desde janeiro 2011 acumula as funções de Diretor Executivo do DACES BA e de Presidente do Conselho Clínico.

Diretor Clínico dos Cuidados de Saúde Primários da ULSBA, EPE de janeiro 2012 a janeiro 2014.

Presidente da Assembleia-Geral dos Bombeiros Voluntários de Odemira de 1994 até 2003.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Odemira de 1998 até 2003.

Diploma de Mérito por “Serviços Prestados no Distrito na área da Saúde”, concedido pelo Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito de Beja em 2001.

Carlos Adrián Aldeia de Jesus, nascido a 3 de abril de 1971.

Licenciatura em Medicina em novembro de 1996, na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

01/1997-07/1998 Internato Geral no Hospital Santo António dos Capuchos em Lisboa.

08/1998-1999 Integrou as Urgências no Hospital de Portimão.

01/1999-02/2004 Internato Complementar de Imuno-hemoterapia no Hospital de Curry Cabral, em Lisboa.

02/2004 Obteve a especialidade em Imuno-hemoterapia no Hospital de Curry Cabral.

03/2004-07/2004 Responsável pelo Laboratório de Doenças Transmissíveis do Serviço de IHT do Hospital de Curry Cabral.

08/2004 Foi colocado no Serviço de Imuno-hemoterapia do Hospital do Litoral Alentejano (HLA).

06/2009-01/2011 Gestor da Qualidade do Serviço de Imuno-hemoterapia do HLA.

04/2009-11/2012 Adjunto da Direção Clínica do HLA.

É desde setembro de 2004 Responsável do Serviço de Imuno-hemoterapia do HLA, Diretor quando o Hospital passou a EPE e Coordenador quando o Hospital foi integrado na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA), tendo procedido à instalação do Serviço e formação dos seus trabalhadores; introduziu a utilização de novos componentes sanguíneos e hemoderivados na instituição e realizou controlos de qualidade internos, externos nacionais e internacionais, no Serviço. Certificou o Serviço pela Norma ISO 9001:2008 e deu início no Hospital a uma consulta de Imuno-hemoterapia geral: anticoagulação oral e trombofilias; anemia pré-operatória; dadores de Sangue. Procedeu à descentralização da consulta de anticoagulação oral aos Centros de Saúde. Deu início às sessões de dia de Imuno-hemoterapia

no Hospital. Implementação de consulta de anemia pré-operatória com características inovadoras no país.

Em março de 2015 obteve o Grau de Consultor da carreira médica hospitalar. Foi Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Processo de Informatização do HLA, com vista à criação do processo eletrónico e no âmbito da Plataforma Digital da Saúde (PDS) do Ministério da Saúde. Tem sido membro de júris para recrutamento de médicos na área da Imuno-hemoterapia. Tem participado como orador em conferências/palestras/congressos.

Frequentou cursos de gestão de grupos, equipas e recursos humanos; de gestão da qualidade e de processos; de acreditação de laboratórios; de segurança e organização de laboratórios. Formação em auditorias internas da qualidade.

Susana Maria Garlito Sanches, nascida a 8 de maio de 1974, em Portalegre.

Membro da Ordem dos Enfermeiros com o n.º 5-E-26717.

Habilitações literárias e académicas:

1992-1995 — Curso Superior de Enfermagem, Escola Superior de Enfermagem de Portalegre.

1998-2000 — Curso Superior de Estudos Especializados em Enfermagem Comunitária, especialidade na área da saúde do idoso, Escola Superior de Enfermagem de Portalegre.

2004-2006 — Frequência e conclusão da parte curricular do Mestrado em Intervenção Socio-organizacional em Saúde, com especialidade em diagnóstico e intervenção comunitária. Universidade de Évora e Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa.

2006-2007 — Curso de formação Avançada em Infecção Associada aos Cuidados de Saúde, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (UCP).

2015 — Frequência do Curso de Formação Avançada de Nutrição em Oncologia; UCP, Lisboa.

Experiência Profissional:

Na área da prestação de cuidados, exerceu funções no serviço de cirurgia do Hospital Espírito Santo, Évora; no Centro de Recuperação de Menores do Assumar; no serviço de medicina de homens e de urgência do Hospital Dr. José Maria Grande, Portalegre; no serviço de urgência do Hospital Conde do Bracial e no Hospital de dia do Hospital do Litoral Alentejano (HLA), Santiago do Cacém.

Na área da gestão, em 2005, inicia funções como enfermeira especialista responsável do serviço de Medicina B, HLA e como enfermeira do núcleo executivo da Comissão de Controlo de infeção entre 2006 e 2010. Desde 2010, é enfermeira chefe no hospital de dia do HLA, na Unidade local de Saúde do Litoral Alentejano.

Ao longo do seu percurso frequentou vários cursos de formação profissional, seminários e congressos, nacionais e internacionais. Foi formadora em vários cursos e, desde há três anos consecutivos, é membro do conselho científico dos Encontros da Primavera e dos Encontros Nacionais de Enfermagem Oncológica, promovidos pela AEOP (2013, 2014). Tutora de alunos em ensinamentos clínicos da licenciatura em Enfermagem e orientadora de estágios de outros cursos profissionais e pós-graduações.

208597093

Resolução n.º 27/2015

Nos termos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, conjugado com o n.º 2 do artigo 13.º e com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.), são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação e ciência, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que o presidente do conselho diretivo da FCT, I.P., apresentou a renúncia ao cargo em 7 de abril de 2015, torna-se necessário proceder à nomeação de um presidente para o referido órgão, para completar o mandato em curso, correspondente ao triénio 2013-2015, que termina no dia 31 de dezembro de 2015.

A remuneração dos membros do conselho diretivo da FCT, I.P., obedece ao disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2013, de 19 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, do artigo 15.º e do

n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Educação e Ciência, Maria Arménia Abreu Fonseca Carvalho Teixeira Carrondo para o cargo de presidente do conselho diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., para completar o mandato em curso, cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciados na respetiva nota curricular, que consta do anexo à presente resolução e da qual faz parte integrante.

2 — Autorizar Maria Arménia Abreu Fonseca Carvalho Teixeira Carrondo a optar pelo vencimento do lugar de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

3 — Autorizar Maria Arménia Abreu Fonseca Carvalho Teixeira Carrondo a prestar a atividade docente, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

16 de abril de 2015. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Nota curricular de Maria Arménia Abreu Fonseca Carvalho Teixeira Carrondo

Maria Arménia Carrondo é desde 1998 Professora Catedrática do Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB) da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena a Unidade de Cristalografia Macromolecular e o grupo de investigação em Genómica Estrutural.

De 1996 a 2005 foi Subdiretora do ITQB com o pelouro das áreas administrativa e financeira.

Entre 2007 e 2013 foi Vice-Reitora da Universidade Nova de Lisboa para a Investigação Científica, Planeamento e Desenvolvimento Institucional. Coordenou a área das Relações Internacionais e foi também responsável pela Qualidade do Ensino do 1.º e 2.º ciclos de estudo. Coordenou a realização de estudos sobre a produção científica da UNL e liderou a participação da universidade em projetos no âmbito do Espaço Europeu de Ensino Superior, designadamente *U-Map* e *U-Multirank*.

Licenciou-se em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e, em 1978, concluiu o Doutoramento em Cristalografia Química pelo *Imperial College of Science and Technology*, Londres.

Entre 1979 e 1998 foi docente do Instituto Superior Técnico (IST), onde desempenhou as funções de membro do Conselho Diretivo (1984 – 1987) e obteve o título de agregada em 1989.

Criou e liderou o grupo de investigação em Cristalografia Química de moléculas orgânicas, inorgânicas e organometálicas no Centro de Química Estrutural do IST.

É coautora de 154 artigos científicos publicados em revistas com revisão por pares que contam com 4093 citações e um *h-index* de 38. Possui uma larga experiência na área da pós-graduação, tendo orientado 14 estudantes de doutoramento e 12 de pós-doutoramento.

Assumiu responsabilidades na área editorial, sendo editora do *Journal of Biological Inorganic Chemistry* desde 2001.

Participou na avaliação de várias instituições científicas internacionais, nomeadamente o *European Molecular Biology Laboratory* (EMBL) em Hamburgo (Alemanha) e o Laboratório Max-IV em Lund (Suécia). Organizou o processo de adesão de Portugal ao ESRF *European Synchrotron Radiation Facility* (ESRF). Coordenou a adesão de Portugal ao INSTRUCT, projeto europeu do *European Strategy Forum on Research Infrastructures* (ESFRI). Foi membro de comissões de avaliação científica do *European Research Council* (ERC), da *Academy of Finland* e de comissões de avaliação de propostas para sincrotrões europeus, nomeadamente o ESRF, o EMBL-Hamburgo e a *Swiss Light Source* (SLS).

Foi nomeada, em 2015, para integrar o conjunto de 20 mulheres distinguidas na Exposição “Mulheres na Ciência” organizada pela Agência Ciência Viva. Distinguida, em 2008, com o Prémio Câmara Pestana atribuído pelo Instituto Câmara Pestana da Universidade de Lisboa. Distinguida pela Editorial Verbo na publicação *Anuallia* 2005-2006 e agraciada com “Medalhas de Honra” atribuídas pelos municípios de Oeiras em 2007 e Vila Nova de Famalicão em 2006. Distinguida com o Prémio “Estímulo à Excelência” atribuído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 2004. Galardoada, em 2004, com a Medalha Europeia em Química Bio-Inorgânica (*EUROBIC Medal*). Eleita membro da *European Molecular Biology Organization* (EMBO) em 2000.

208592419



Curriculum Vitae – José Luís Guerreiro Nunes

1. Elementos de Identificação

Nome : José Luís Guerreiro Nunes

Domicílio profissional: Largo Alberto Sampaio, n.º 3-A – 2795-007 Linda-a-Velha

Telefone: 214 146 210

Fax: 214 146 219

E-mail: jlnunes@ipsroc.pt

Data de Nascimento: 14 de Junho de 1971

Estado Civil : Casado

2. Habilitações

Licenciatura em Gestão Média Final: 13 valores

Local: Universidade Lusíada, Lisboa, 1989/94

Técnico Oficial de Contas inscrito na OTOC sob o n.º 4507

Inscrito na Ordem dos Economistas sob o n.º 4947

Revisor Oficial de Contas inscrito na OROC sob o n.º 1098

Diploma da Universidade de Cambridge: *First Certificate in English* (1998)

3. Experiência profissional

Sócio e Revisor Oficial de Contas na sociedade “Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, Sroc, Lda” a partir de Dezembro de 2001 até ao presente.

Revisor oficial de contas a título individual de várias empresas/instituições de Maio/2001 a Dezembro/2001.

Auditor na Moreira, Valente e Associados, Sroc de Dezembro/2000 a Abril/2001.

Assistente da Direcção do Teatro Nacional D. Maria II de Fevereiro/2000 até Novembro/2000.

Supervisor financeiro da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida (CNLCS) de Janeiro/1999 a Fevereiro/2000.

Auditor no Departamento de Auditoria do Banco Nacional Ultramarino (BNU – agora inserido na Caixa Geral de Depósitos) de Novembro/1997 até Janeiro/1999.

Responsável pelos estudos de viabilidade económica de “ALTAFEL PROJE - Consultadoria para os Negócios e a Gestão, Lda”, desde Outubro/1995 até Novembro/1997.

Auditor na “Baltasar e Jacob - Sroc” de Jan-1996 até 31/07/1997.

Auditor para o Revisor Oficial de Contas José Pinto Baltasar de 21/11/1994 a 31/12/1995.



4. Alguns trabalhos em que participa ou participou

Atual:

Sócio responsável como Revisor Oficial de Contas ou Fiscal Único de várias sociedades destacando-se empresas do setor financeiro como Instituições de Crédito (neste momento como Roc em 3 Caixas Agrícolas) e outras sociedades financeiras, e de empresas industriais, comerciais ou do setor público como unidades hospitalares ou empresas municipais.

Presidente do Conselho Fiscal da PME Investimento – Sociedade de Investimento S.A. (mandato 2012-2014)

Roc responsável pela Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano EPE (mandato 2012-2014)

Histórico:

Participação numa auditoria com o Tribunal de Contas sobre o tema “Auditoria ao sistema de pagamentos e de formação dos preços pagos às unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde” - Relatório n.º 30/2011 – 2ª Secção – Outubro 2010 a Janeiro 2011

Nomeado membro do Conselho de Fiscalização da Caixa Agrícola Mútuo do Algarve, CRL ao abrigo do art.º 77-A do RJCAM entre Abril de 2010 e Março de 2011

Diversas situações de reestruturações de grupos de sociedades, fusões e cisões.

Participação em avaliações de empresas e grupos de empresas, avaliação de imparidades de participações sociais e outras avaliações de valor. Realização de estudos económicos.

Auditoria de Contas Consolidadas da sociedade Reditus Sgps

Auditoria a contas individuais de sociedades, Câmaras Municipais e outras entidades

Auditoria a sociedades financeiras, nomeadamente Sociedades Gestoras de Património, fundos de investimento e Caixas Agrícolas

Auditorias específicas a entidades como Serviços Sociais da Câmara Municipal de Sines, o INETI e ISQ (Instituto de Soldadura e Qualidade).

Participação nas equipas técnico-financeiras de auditoria realizadas para o Programa Operacional de Economia e para a Fundação de Ciência e Tecnologia.

Auditorias no âmbito de fundos comunitários no âmbito do FSE – Fundo Social Europeu



5. Alguns clientes onde exerce funções em representação da Sroc efetivo como Revisor Oficial de Contas e ou membro dos órgãos de fiscalização

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer, CRL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Franca de Xira, CRL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL

Controlac, SGPS, S.A.

Fundo Português de Investimento em Moçambique (Investimoz)

Germac, SGPS, S.A.

GGH PARTNERS PORTUGAL – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

Holdac, SGPS, S.A.

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE

Infocapital – Representação Informática S.A.

Macgere, SGPS, S.A.

PME Investimento – Sociedade de Investimento S.A.

SadoRent – Comércio e Aluguer de Viaturas sem Condutor S.A.

Santos Barosa – Vidros S.A.